

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.294 - GO (2019/0355544-4)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : GABRIEL LUIS FONSECA  
**ADVOGADO** : GABRIEL LUIS FONSECA - GO055421  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : DIEGO ALVES DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DIEGO ALVES DA SILVA – preso em flagrante em 26/10/2019, sendo a custódia convertida em prisão preventiva, pela suposta prática do delito de tentativa de homicídio – contra decisão monocrática da Relatora do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que indeferiu pedido liminar (HC n. 5674795-50.2019.8.09.0000).

Na presente impetração (e-STJ fls. 3/26), a defesa alega, em síntese, que as decisões que converteram a prisão em flagrante em custódia preventiva e indeferiram o pedido de revogação da medida constritiva são inidôneas, porquanto ausentes os requisitos ensejadores do artigo 312 do Código de Processo Penal, utilizando-se a autoridade coatora de apontamentos abstratos para tanto, sem, contudo, fundamentá-los, o que afronta o artigo 93, IX, da Constituição Federal.

Salienta os bons predicados pessoais do paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, fazendo jus à liberdade, mediante aplicação de medidas cautelares alternativas.

Aduz, por fim, que há excesso de prazo para o oferecimento da denúncia, já passados 24 dias da prisão em flagrante.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, mediante expedição de alvará de soltura, com superação da Súmula n. 691/STF.

É o relatório. **Decido.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar.

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

*CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo. 2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal. 3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau. 4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA Desembargadora Convocada do TJ/MG DJe 1/10/2007).*

Em situações excepcionais, entretanto, *como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular* (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Não é o que ocorre na espécie.

Consoante se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido

# Superior Tribunal de Justiça

liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal.

Ademais, a análise perfunctória do *writ* não evidencia a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem de ofício.

Com efeito, esta Corte não dispõe, neste momento processual, de informações suficientes para avaliar a tese defensiva a respeito do excesso de prazo para o oferecimento da inicial acusatória. Tal questão será melhor avaliada pelo Tribunal de origem quando do recebimento das informações solicitadas ao Juízo de primeiro grau.

Quanto ao requisitos da prisão preventiva, ao que parece, verifica-se que a segregação foi fundamentada com base na gravidade concreta da conduta supostamente perpetrada pelo paciente, evidenciada pelo modo de execução do delito de tentativa de homicídio, como exposto pelo Juízo singular (e-STJ fls. 34/36 e 31/33).

É certo que as questões suscitadas pela defesa do paciente serão tratadas naquele *mandamus* por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Em conclusão, entendo não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

